

Por uma militância sem assédio e um sindicato que não tolere a violência

Movimento por uma Escola Popular

1.Contextualização/introdução

É indiscutível o aprofundamento, mesmo que lento, das discussões acerca das opressões dentro do SINASEFE. Tivemos debates extremamente qualificados nos Encontros de Mulheres em 2017 e 2019. Deles, resultou inclusive a carta na qual, em um dos trechos, reafirmamos que *“presenciamos diariamente nas nossas instituições questões de assédio moral e sexual, como também a desvalorização das mulheres”*. Na busca por enfrentar esse problema é que teses importantes foram apresentadas e aprovadas no 33º Consinasefe. A questão da paridade de gênero e a produção de cartilhas contra as opressões são outros exemplos de avanço na pauta feminista dentro do sindicato. Compartilhamos da compreensão de que dentro do sindicato a luta contra as opressões não deve ser secundária, pois é ela mesma estruturante das relações de exploração dentro do sistema capitalista. Combater as opressões significa atacar diversos aspectos da exploração da classe trabalhadora. Se pretendemos construir um sindicato classista, torna-se fundamental que esta pauta, mais que um apêndice, seja incorporada à prática de todas e todos que defendem a emancipação de toda a classe.

O capitalismo, já sabemos, não inventou a subordinação das mulheres, entretanto foi capaz de se apropriar dela e de reinventá-la ao *“separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo”* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Silvia Federici, ao falar dessa divisão sexual do trabalho, mostra como as mulheres (da classe trabalhadora) são relegadas a tarefas de reprodução dos trabalhadores, ou seja, mesmo que tenham um trabalho assalariado, são responsáveis pelas tarefas de cuidados e organização da casa e de seus habitantes, de educação das crianças, de alimentação da família, entre tantas outras. O capital, mesmo necessitando que essas tarefas sejam feitas para que possa seguir explorando os trabalhadores, considera-as como não trabalho, desvalorizando assim as atividades atribuídas às mulheres. Ao mesmo tempo, coloca as mulheres em uma situação de vulnerabilidade frente aos homens, tanto nas situações em que elas se tornam dependentes economicamente do companheiro, quanto por moldar sua subjetividade para que sejam submissas e busquem sempre agradar ao homem. Neste sentido, Federici afirma:

O capitalismo busca utilizar as mulheres e depende de suas vidas, do nosso trabalho para reproduzir os demais trabalhadores e para construir [a sociedade]. As duas coisas andam juntas. O moralismo nos mostra o quanto é importante a exploração da reprodução, da sexualidade, do trabalho das mulheres para a perpetuação da sociedade capitalista, para a construção das desigualdades (FEDERICI, 2019).

Por necessitar da dedicação quase que incontestável das mulheres ao trabalho reprodutivo,

então, é que se criam formas “certas” de ser mulher, de feminilidade, formas socialmente ditadas que atuam sobre os corpos e as mentes das mulheres.

Além disso, é preciso entender a diversidade do conceito de “mulher”, especialmente em um país como o Brasil, em que mais da metade da população não é branca. É preciso ter esta distinção em mente, uma vez que, enquanto as mulheres negras sempre fizeram parte da força de trabalho no país, suas pautas muitas vezes divergiram e divergem daquelas das feministas brancas. Os sistemas de privilégios aos quais mulheres brancas, negras e indígenas estão submetidas são diferentes e estão intrinsecamente conectados à questão racial. Da mesma maneira, as opressões e contradições específicas vivenciadas pelas mulheres indígenas possuem particularidades próprias. Portanto, é necessário termos essa diversidade em conta quando tratamos questões de gênero. É importante pontuar que a classe trabalhadora brasileira é composta em sua grande maioria por homens e mulheres negras.

Nesse sentido, a subordinação do trabalho da mulher atinge graus mais elevados quando levamos em consideração as mulheres negras, que são aquelas que, em maior número, encontram-se em trabalhos mais precarizados, por exemplo, como empregadas domésticas, tornando-se as principais cuidadoras não apenas de suas casas e suas famílias, mas também das de suas patroas. Como decorrência disso, as mulheres negras enfrentam outro legado da escravidão: a de mulheres hipersexualizadas. Patrões até hoje subjagam suas empregadas como objetos sexuais. Como afirma Davis acerca das mulheres negras: “*Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para sua família*” (p. 99).

A precarização tem face de mulher e sua naturalização por parte da ideologia dominante contribui significativamente para “o aumento da violência contra as mulheres e a feminização da pobreza ao redor do mundo”. Segundo Federici, essa realidade está diretamente ligada “aos processos de acumulação do atual estágio do capitalismo” (2019).

Assim, o capitalismo, cada vez mais, tenta invadir nossas vidas. Portanto, vale ressaltar que a classe trabalhadora na sociedade capitalista, então:

Não se define apenas pelas relações que diretamente exploram a mão de obra, mas também as relações que a geram e a repõem (...) Longe de estar restrita a homens brancos heterossexuais, em cuja imagem ainda é muito frequentemente fantasiada, a maior parte da classe trabalhadora global é constituída de imigrantes, pessoas racializadas, mulheres - tanto cis como trans - e pessoas com diferentes capacidades, cujas necessidades e os desejos são renegados ou deturpados pelo capitalismo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Ou seja, o capitalismo exerce a exploração da classe trabalhadora fazendo uso de opressões com base em gênero, raça, territorialidade, e tantas outras variáveis. Atualmente, esse contexto pode ser expresso a partir daquilo que chamamos neoliberalismo, na medida em que “exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, pressiona até o limite famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres” (ARRUZZA;

BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Para nós, ele se apresenta principalmente em um momento de desmonte da educação no país, em diversos níveis, desde o descrédito das instituições educacionais públicas e dos e das profissionais da educação, tratados/as como doutrinadores/as mal intencionados/as, passando pelo discurso anticientífico e anti-intelectual de modo geral, até o sucateamento das instituições e o progressivo ataque às carreiras e salários dos/as servidores/as públicos/as trabalhadores/as da educação. É nesse cenário que estamos enfrentando que a luta sindical faz mais sentido ainda para as mulheres trabalhadoras. É evidente que a crise afeta a toda classe trabalhadora, porém, neste contexto de mais de dois anos de pandemia, as mulheres novamente são as mais afetadas. Segundo o Instituto Maria da Penha, tem crescido não só no Brasil como em outros países os casos de violência doméstica, tendo o confinamento intensificado a convivência e aumentado as tensões. A violência de gênero avança e alcança índices cada vez mais alarmantes. “Nesses momentos, quando a ansiedade em relação à própria condição, à precariedade econômica e à incerteza política surge, também a ordem de gênero parece estremecer” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Diante de tudo isso, percebemos que é indispensável nos voltarmos para as especificidades que a problemática das relações de poder com base em gênero assumem nesse momento. Ainda mais considerando que, mesmo com os avanços no sentido de discutir essa problemática e de aproximar as mulheres do sindicato, ainda percebemos que há uma reprodução do machismo dentro do espaço sindical, que vai desde o assédio até a resistência em reconhecer a importância de se pautar e combater cada prática machista que perpassa o movimento. Tais práticas não só terminam por excluir as mulheres desses espaços de construção de uma luta coletiva, mas também reforçam o sistema capitalista patriarcal, contribuindo para sua manutenção e fortalecimento. É pelo anteriormente exposto que nesta tese pretendemos problematizar as relações interpessoais dentro do espaço sindical, partindo do princípio de que a esquerda nunca foi imune ao sexismo e à violência sexual por parte de suas lideranças, ao contrário, tende a reproduzir os estereótipos e os papéis que tanto o capitalismo constrói ideologicamente para oprimir a mulher.

2. Machismo, sexismo e violência de gênero no espaço sindical

Como é vista a mulher no espaço sindical? Qual papel lhe é reservado? A paridade de gênero nas seções e nas direções, por si só, não garante um verdadeiro protagonismo das mulheres no sindicato. Considerando a divisão sexual do trabalho da qual falamos e tudo o que ela carrega consigo, no contexto do sindicato não é incomum que mulheres fiquem delegadas às tarefas de organização e de bastidores (importantes, porém não tão valorizadas). Ou seja, silenciamento e invisibilidade que estão postos no trabalho doméstico não remunerado são reproduzidos nas tarefas políticas no interior da militância. Afinal, historicamente as mulheres tiveram sua participação no

espaço público proibida ou tornada extremamente difícil. Ainda hoje o espaço doméstico é tido como seu espaço principal de existência. Por outro lado, os homens ocupam os espaços públicos, tomam a voz e o microfone, e se constroem enquanto dirigentes, militantes reconhecidos, quadros políticos. É a antiga (e falsa) dicotomia entre o público e o privado. Para as mulheres, a esfera privada; aos homens, a pública. E isso segue naturalizado em nossa sociedade. Esse sistema se retroalimenta quando muitas mulheres se sentem intimidadas, abrindo mão de assumirem os espaços de fala por se sentirem menos capazes ou por temer posturas misóginas e violência moral.

É evidente que tal construção, como parte da estrutura propositalmente patriarcal e capitalista, se materializa nas relações interpessoais de gênero, e, portanto, se configura como relações de poder. Considerando o machismo como elemento estruturante da sociedade de classes, os homens terminam por ocupar uma posição dominante em relação às mulheres, o que abre margem para que diferentes tipos de violência aconteçam (psicológica, física, simbólica, social, patrimonial, moral ou sexual). Dentre estas violências, está o assédio sexual.

Em Cartilha do Sinasefe, o assédio sexual é assim descrito: “Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, assédio significa *‘insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém. A partir desse conceito, pode-se afirmar que o assédio sexual consiste na abordagem repetida de uma pessoa a outra, com a pretensão de obter favores sexuais, mediante imposição de vontade. O assédio sexual ofende a honra, a imagem, a dignidade e a intimidade da pessoa’*”.

É importante lembrar que o assédio ocorre de diferentes formas, desde as mais escancaradas até as mais sutis, e que assume diferentes roupagens dependendo do meio onde acontece. Por exemplo, ele costuma acontecer de maneiras diferentes dependendo do nível de escolaridade da pessoa. O nível da sofisticação do discurso do assediador vai variar, podendo dificultar sua percepção por parte da vítima. A abordagem do assediador pode não ser explicitamente violenta, e por isso ser confundida com admiração sincera. Mais ainda, é preciso ter os dois pés atrás quando se trata de um homem com posição destacada no sindicato e uma mulher que não ocupa a mesma posição, porque a relação de poder nestes casos se faz ainda mais evidente - e é elemento fundamental quando se trata de analisar casos de assédio sexual, por exemplo.

As diversas violências de gênero aparecem também na objetificação da mulher militante sindical. Aqui encontramos um duplo problema, pois conhecemos a dificuldade de mulheres denunciarem qualquer tipo de assédio, mas no interior da militância isso ganha contornos especiais. Alex Press traduz nosso dilema:

Quer tenhamos sido nós mesmas abusadas, ou estejamos a falar em nome de alguém que o tenha sido, expomo-nos à crítica de estarmos a distrair do verdadeiro objetivo do movimento. Em vez de falarmos sobre a questão central — seja ela organização sindical, construção de coligações e alianças, estratégias de comunicação, ou planejamento de ação direta — vemo-nos forçadas à posição de nos sentirmos como umas históricas, tornadas numa caricatura: as mulheres que se

queixam do sexismo ou da misoginia no movimento (PRESS, 2017).

Uma das estratégias mais comuns para desviar a atenção acerca de denúncias de assédio é exatamente acusar as mulheres de histéricas ou exageradas, ou ainda mais, vasculhar suas histórias pessoais para desacreditar suas falas. Outra estratégia é a redução da importância do fato, considerado em grande medida como um mal entendido ou mera instrumentalização de uma causa. Dessa forma, o silenciamento e a tolerância passam a ser os motores que conduzem esses casos. E cada um de nós reproduz essa lógica ao aceitar que esses motores continuem a funcionar. É preciso dar um basta!

Portanto, a objetificação da mulher que atinge também a militante, desdobra-se numa série de ações e investidas por parte de sindicalistas, que veem nela uma oportunidade de satisfazer desejos, seja do corpo, seja do ego. No SINASEFE, infelizmente, são conhecidas e naturalizadas situações de relações interpessoais estabelecidas não apenas pelos solteiros, mas principalmente, por homens casados, que demonstram claramente essa questão. Ainda na Cartilha do Sinasefe, indica:

Não é possível elaborar uma lista discriminada com todas as diferentes condutas que podem configurar o assédio sexual. [...] entretanto, podem ser citadas as seguintes: piadas, comentários sobre o corpo, idade, situação familiar, elogios atrevidos, galanteios, carícias, pedidos de favores, intimidações, ameaças, recusa de promoção, promessa de demissão ou promoção.

Há um fetiche de que a mulher militante está disponível, à espera de uma investida, principalmente se o autor for considerado figura de destaque e portanto, alvo de interesse. Isso acontece, inclusive, com companheiros casados que deixam suas companheiras e filhos em casa, e entendem que o ambiente sindical é o espaço onde podem dar vazão para todas suas frustrações sexuais e afetivas. Muitas vezes, estes mesmos não querem ou “permitem” que suas companheiras frequentem os espaços sindicais.

É claro que existem diferentes arranjos de relacionamento. Acontece que em alguns desses casos, é sabido que o homem está em uma relação monogâmica e que, portanto, suas atitudes no sindicato não condizem com o acordo que possui com sua companheira. Alguns dirão que estes homens estão em uma relação aberta e que portanto não há descumprimento do acordo do casal. Porém aqui é necessário problematizar o seguinte: que tipo de igualdade existe em uma relação aberta na qual é sempre a mulher que fica em casa cuidando dos filhos ou familiares enquanto o homem mantém suas atividades sociais normalmente? Que tipo de igualdade existe em uma relação aberta na qual a mulher depende economicamente do homem para seu sustento? Que tipo de igualdade e respeito existe quando a terceira pessoa de um relacionamento aberto (geralmente uma mulher) tem suas necessidades afetivas totalmente desconsideradas por “saber onde estava pisando”? Estes homens, apesar de seus discursos à esquerda, muitas vezes radicais, enxergam as mulheres do sindicato não como companheiras de luta, mas como objetos à sua disposição e, se são objetos, têm sua subjetividade desvalorizada. Nestas situações, a solidariedade de seus pares,

outros homens fundamentalmente, mas também algumas mulheres, pode reforçar e perpetuar essa conduta. É a expressão da tolerância que citamos anteriormente.

Essa caracterização é evidentemente uma construção de uma cultura machista, arraigada desde nosso cotidiano e reproduzida nos espaços da própria esquerda. Quem nunca ouviu falar da famosa “Tática 2” que infelizmente ainda persiste como uma prática vinda do movimento estudantil? A Tática 2 ocorre quando um homem aproxima-se sexual ou afetivamente de uma mulher não por interesse legítimo, e sim para trazê-la para sua organização política ou aproximá-la da defesa das pautas dessa organização. Embora diversas organizações já procurem eliminar tal prática, ela está arraigada e vem formando uma série de militantes dentro da perspectiva patriarcal. Na verdade, ela é muito mais expressão da lógica patriarcal do que uma tentativa autêntica de militância. Entendemos, assim, que é preciso alertar as mulheres do sindicato para essa conduta. Nossos corpos não são bem comuns à disposição dos homens.

Defendemos que na luta contra a opressão de gênero devemos pautar nosso comportamento por padrões diferentes daqueles que acabam sendo naturalizados no cotidiano, por uma postura revolucionária na qual exista espaço para a confiança, a admiração e o afeto, e não para homens que objetificam, assediam e hiperssexualizam as mulheres. Ora, se lutamos por um mundo livre de opressão e exploração, como podemos tratar como natural uma violência sofrida por uma parcela tão grande da população e tão importante para nossa luta? Precisamos urgentemente entender as violências de gênero (bem como outras violências, como a racial e a LGBTfóbica) como violências que são perpetradas pelo sistema capitalista e que precisam ser desmanteladas.

A questão é que, no nível do discurso, é bem provável que todos e todas em nosso sindicato devem concordar que o assédio sexual é ruim e precisa ser combatido. O problema, então, é aprofundar o debate para entendermos o que isso precisa significar na prática, quando precisamos lidar com as situações reais de assédio. Também é preciso sair de um discurso simplificador, que tenta achatar a questão com frases feitas afirmando que “*somos todos iguais*” e que o sexo (e o gênero) não importam. Sabemos que, na realidade, esse fator (bem como outros) importa e está embutido na forma como vivemos no mundo, inclusive no espaço de trabalho e no meio sindical. Assim, não basta dizer que é só tratar a todo mundo igualmente e o problema está resolvido. As relações de gênero estão postas nas nossas interações cotidianas, e reconhecendo isso poderemos começar a resolver as desigualdades decorrentes dessa realidade.

Por isso, é fundamental refletirmos sobre dois pontos: **primeiro**, sobre como as relações de poder com base em gênero estão postas em nosso sindicato e geram tensões que precisam ser enfrentadas e resolvidas; **segundo**, sobre o modo como lidamos com os casos de assédio e violência sexual que ocorrem quando estas tensões chegam ao seu limite e se tornam violências. É próprio da cultura do estupro culpabilizar a vítima, buscar inúmeros motivos para desmerecer seu relato e sua denúncia: Com que roupa estava? Por que frequentava determinado lugar? O que fazia com o assediador? No ambiente sindical, temos ainda uma particularidade: a denúncia poderá ser

recebida com desconfiança, sob a alegação de “instrumentalização da luta”. Sabemos que pautas legítimas podem sim ser instrumentalizadas, afinal a esquerda é permeada de contradições e o espaço sindical, idem. Porém, a maneira de evitar que esse desvio ocorra é proceder a uma investigação séria e eficiente de todas as denúncias, antes de qualquer julgamento prévio sobre sua legitimidade. Insistir numa política de tolerância zero para com os abusadores assegura que nosso sindicato seja construído com pessoas de confiança, que respeitem a todas e a todos.

Afinal, muito falamos sobre a pouca presença de mulheres no sindicato, e muitas estratégias são propostas para tentar aumentar a participação desse público. Qual não deve ser, então, a surpresa de muitas mulheres quando, ao passar a se engajar na luta sindical, descobrem que esse pode ser um espaço tão reprodutor de machismo (bem como de outros ismos) quanto qualquer outro. Para que consigamos avançar no sentido de vencer a resistência em pautar e combater práticas machistas, para além do movimento feminista, acreditamos na necessidade urgente de trabalhar na perspectiva de formação dentro do SINASEFE, pois acreditamos que não é possível seguir na luta sem ampliar o debate em torno do tema. É preciso romper com o silenciamento e com a tolerância. Principalmente os homens devem parar de agir como cúmplices daqueles que continuam a reproduzir os piores elementos do machismo. A nós mulheres cabe não apenas as denúncias, mas também o mútuo apoio, a solidariedade e, fundamentalmente, a persistência e a manutenção da luta no âmbito sindical. Para isso, é preciso que nos sintamos incentivadas, encorajadas e acolhidas dentro do sindicato.

Combater as opressões em torno das mulheres no espaço sindical representa ampliar o espaço de luta na redução das desigualdades. Como ressalta Silvia Federici (2019): “*O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres, é criar um mundo sem desigualdade, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração*”. Combater com seriedade o assédio contra as mulheres é dever de toda e todo militante que tem como objetivo a emancipação da classe trabalhadora. Sem as mulheres trabalhadoras, nenhuma transformação efetiva da realidade será possível.

Diante do exposto, seguem os encaminhamentos, que julgamos fundamentais na luta.

3. Encaminhamentos:

- Acatar as denúncias, que devem ser investigadas pelo órgão competente antes que sejam caracterizadas como instrumentalização;
- Divulgação ampla da cartilha específica sobre como lidar com assédio sexual dentro do espaço sindical/em atividades sindicais;
- Criar ouvidoria especializada para denúncias de assédio sexual dentro do espaço sindical, contando com pessoas qualificadas.

- Formação constante em atividades sindicais, com pessoas capacitadas para tratar o tema do assédio sexual e da violência de gênero;
- Campanhas constantes, não apenas em março, que eduquem e denunciem as diversas violências contra a mulher;
- Incorporar mesas sobre Gênero e Política nas Plenas e nos Congressos;
- Cumprir de maneira efetiva todas as teses acerca de gênero que foram aprovadas nos Congressos;
- Fortalecer o Encontro Nacional de Mulheres do SINASEFE, a ser construído anualmente por uma comissão composta pelas integrantes da pasta e mais 5 mulheres eleitas em PLENA, com 3 dias de duração .
- Fortalecer os Encontros Regionais de Mulheres do SINASEFE, com recorte de gênero e classe, e associados aos encontros por seções;
- Garantir a viabilização de espaço de creche e ciranda nos eventos do SINASEFE, voltados à recreação e socialização da criança, não apenas para as mães que participam, mas também para que os pais levem seus filhos em vez de sobrecarregar suas companheiras nessas tarefas. Dar preferência a espaços que contem com banheiro familiar e/ou fraldário em banheiros masculinos e femininos, para viabilizar a efetiva participação de mães e pais nas atividades sindicais;
- Formação e estímulo para a garantia da paridade real de gênero;
- Combater o assédio sexual e moral em todas as esferas;
- Realização de Encontros e Fóruns para a discussão sobre o combate a toda forma de violência e assédio;
- Contra o machismo e LGBTQIA+fobia: pela aprovação do Projeto de Lei 291/2015, que pune injúrias praticadas por questões de gênero e orientação sexual.

4. Referências:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARTILHA do SINASEFE sobre assédio sexual. Disponível em:

<https://sinasefe.org.br/site/documentos/juridico/cartilhas/>

DAVIS, Angela. **O significado de emancipação para mulheres negras**. In.: Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia, (Setembro/2019. Entrevista ao Justiça de Saia: “*O feminismo não é uma escada para a mulher melhorar sua posição*”. Disponível em: <<http://www.justicadesaia.com.br/silvia-federici-o-feminismo-nao-e-uma-escada-para-a-mulher-melhorar-sua-posicao/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

FEDERICI, Silvia, (outubro/2019). Entrevista ao Brasil de Fato: “Silvia Federici: matar as mulheres é a forma mais eficaz de destruir a resistência”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/09/silvia-federici-matar-as-mulheres-e-a-forma-mais-eficaz-de-destruir-a-resistencia>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

http://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/nota_publica_abril_2020.pdf

PRESS, Alex. A esquerda precisa de enfrentar os seus próprios problemas com o abuso sexual. 2017. Trad. Sadiq S. Habib. Disponível em: <https://medium.com/praxismag/a-esquerda-precisa-de-enfrentar-os-seus-pr%C3%B3prios-problemas-com-o-abuso-sexual-alex-press-9168c849684>